

A. I. N° - 088299.0010/06-1
AUTUADO -HOSPTEEN COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA.
AUTUANTES - DJALMA BOAVENTURA DE SOUZA
ORIGEM - INFAZ/VAREJO
INTERNET - 01.04.2011

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0048-02/11

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO. Nos termos do art. 156, inciso I do CTN extingue-se o crédito tributário com o pagamento total do débito pelo sujeito passivo, ficando, conseqüentemente, também extinto o processo administrativo fiscal em conformidade com o inciso IV, do artigo 122, do RPAF/99. Defesa **PREJUDICADA**. Decisão unânime.

RESOLUÇÃO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 29/12/2006, traz a exigência do ICMS no valor de R\$55.111,07, conforme segue:

Infração 01 – omissão de saída de mercadorias tributáveis, apurada através de saldo credor de caixa, no valor de R\$42.774,15, com multa de 70%;

Infração 02 – efetuou o recolhimento a menos do ICMS no valor de R\$11.876,92, por antecipação ou substituição tributária, na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado. Multa de 50%;

Infração 03 – Microempresa e Empresa de Pequeno Porte com Receita Bruta Ajustada superior a R\$30.000,00, não escriturou o Livro Caixa. Multa de R\$ 460,00.

O sujeito passivo, após ter ingressado com a impugnação, às fls.731 a 736, efetuou o pagamento total do crédito reclamado, consoante demonstrativo juntado às fls. 1019 e 1020 dos autos.

VOTO

Cuida o presente lançamento que o autuado descumpriu obrigações principais e acessórias, devidamente relatadas.

O sujeito passivo utilizando-se do benefício instituído pela Lei nº 11.908 de 04 de maio de 2010, efetuou o pagamento total do Auto de infração, conforme comprovante às fls. 1019 e 1020.

Desta forma, o autuado ao efetuar o pagamento reconheceu o lançamento tributário indicado no presente Auto de Infração. Por sua vez, o reconhecimento do crédito tributário do Estado pelo contribuinte através do pagamento efetuado conduz o processo à extinção, conforme previsto no artigo 122, inciso IV, do RPAF/99 e torna a defesa apresentada sem eficácia. Assim, fica extinto o processo administrativo fiscal, nos termos do artigo 156, inciso I, do CTN, e **PREJUDICADA** a defesa apresentada.

Face ao exposto, resta **PREJUDICADA** a defesa referente ao presente Auto de Infração, devendo os autos ser remetidos INFAZ de adoção dos procedimentos de sua alçada.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADA** a defesa apresentada e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº **088299.0010/06-1**, lavrado contra **HOSPTEEN COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA**, devendo o autuado ser cientificado desta decisão e os autos encaminhados a repartição fazendária de origem para homologação do pagamento e arquivamento do processo.

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de março de 2011.

ÂNGELO MARIO DE ARAUJO PITOMBO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO/RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR

JORGE INÁCIO DE AQUINO - JULGADOR